



Jornal da UNESP

MARÇO/93

Universidade Estadual Paulista

ANO VIII — N° 72

PLEBISCITO

O País decide seu futuro

No dia 21 de abril, a população definirá o sistema político do Brasil: presidencialismo, parlamentarismo republicano ou monarquia parlamentar. Nas págs. 3 a 5, simpatizantes dos três regimes discutem suas idéias.



Trote agora é assim: cultural e filantrópico

Pág. 12

Entrevista com o reitor Arthur Roquete de Macedo

Págs. 6 e 7

Pró-reitores expõem planos de trabalho

Págs. 8 e 9

Qualificação docente e pós-graduação

Antonio Manoel dos Santos Silva

A qualificação docente tem-se tornado um dos temas mais repetidos e problematizados dentro da Universidade. Relaciona-se de modo direto com a qualidade de ensino. E, num país onde a maior parte da pesquisa e do desenvolvimento científico se dá no interior das universidades, também se articula com a formação de pesquisadores. Sem contar as implicações com outros fatores interferentes, a qualificação docente se enraiza em concepções conflitantes sobre a natureza e a função da Universidade, aqui e ali manchadas por preconceitos e por interesses estranhos.

Por outro lado, e em virtude da instabilidade de fundo existentes nas relações internas da coletividade universitária, a percepção do significado da qualificação docente varia bastante conforme os pontos de vista dos alunos, do pessoal técnico-administrativo e dos próprios docentes. Daí convivermos com generalizações entre contraditórias e equivocadas.

Parece não haver dúvidas de que a qualificação docente deva acontecer na Universidade. Com alguma concessão, chega-se a admitir que, em alguns casos excepcionais, a Universidade possa pelo menos participar do processo. E, aparentemente, se julga que a Universidade tem necessidade de possuir os instrumentos de capacitação de seus docentes para o pleno exercício da docência e da Pesquisa. Um desses instrumentos tem sido a Pós-Graduação. Refletindo sobre este instrumento, talvez se entenda melhor a complexidade do tema e a extensão dos problemas que abriga.

Antes de tudo convém afastar a idéia de que a qualificação docente começa e termina com a pós-graduação. Seria trágico pensar, por exemplo, que o título de Doutor constitui a única medida de qualidade do docente enquanto docente, como se o exercício da docência prescindisse do continuado aprimoramento. Depois, tem-se que abandonar o preconceito de valorizar-se unilateralmente quer a pesquisa quer o ensino; a primeira navega com frequência empurrada pela ilusão do prestígio científico e de seus mitos; a segunda costuma olvidar-se de que o ensino universitário deve ser crítico, necessitando da pesquisa. Em terceiro lugar, devemos nos lembrar da profunda responsabilidade social da Universidade no desenvolvimento de suas atividades principais.



A UNESP, como outras universidades brasileiras, possui um Plano Institucional de Capacitação de Docentes, em convênio com a CAPES. Ele se restringe, com o devido acompanhamento, à concessão de bolsas integrais ou parciais para formação de mestres ou de doutores. Tal plano é complementado com um programa de auxílio da própria Universidade. Ao mesmo tempo, a UNESP oferece cursos de pós-graduação abertos não exclusivamente para os seus docentes não titulados. Em conjunto, os programas de bolsas e sistema de pós-graduação da Universidade constituem a base para a qualificação docente interna, formando o nosso Programa Institucional de Qualificação.

O que se pergunta é se tal programa institucional está atingindo os seus objetivos. Tudo indica que sim: 50% dos professores da UNESP ostentam hoje pelo menos o título de doutor; 30%, o título de Mestre. Os sem titula-

ção, em sua maioria, freqüentam pós-graduação na UNESP e em outras instituições do país e do exterior e quase a totalidade dos Mestres estão matriculados em programas de doutorado. Desenha-se, pois, um bom futuro nesse sentido. Todavia, se fôssemos além dos números e dos títulos, e se nos perguntássemos se estaria havendo qualificação docente em função da melhoria da qualidade do ensino oferecido na Universidade, as respostas não seriam tão imediatas.

Conforme já se analisou nos Encontros de Coordenadores de Pós-Graduação (1990 e 1992) e nos Simpósios de Pesquisa e Pós-Graduação da UNESP (1991), os cursos de pós-graduação apresentam um contraste claro entre o seu discurso e sua prática quanto aos objetivos e às finalidades. A finalidade maior tem sido a melhoria da qualidade do ensino superior e o avanço científico por meio da pesquisa: o objetivo é a formação de docentes universitários e de pesquisadores. Esse, o discurso. A prática mostra algumas tendências contraditórias, das quais a mais evidente é o direcionamento quase exclusivo para a formação de pesquisadores; o que não é um mal, desde que os títulos correspondam realmente a provadas competências. Em todo caso, se trata de uma tendência perversa, na medida em que esses pesquisadores têm como mercado de trabalho, onde, aliás, muitos já atuam, a Universidade; Universidade onde, além de pesquisadores, serão ou são professores. Com a agravante de serem professores que deverão formar futuros professores.

Sem dúvida, o docente universitário deve dedicar-se à pesquisa, sem a qual se torna impossível até a transmissão crítica do conhecimento. Mas se realmente for docente, deverá ensinar. E se deve ensinar, por que não preparar-se também para a atividade docente? Na Universidade não deveria caber aquela máxima tragicômica: "quem sabe, faz, quem não sabe, ensina".

Todos sabem que hoje a pós-graduação passa por reformas e revisões profundas, nas quais a qualificação docente ocupa lugar de destaque. Muitos cursos da UNESP estão preparados para esse redimensionamento em que, a uma formação exigente do pesquisador, se vincule a do docente de nível superior. Talvez seja esse momento em que os engajados na Pós-Graduação façam valer, na prática, os objetivos postos no discurso.



Antonio Manoel dos Santos Silva é vice-reitor da UNESP.

unesp

Reitor: Arthur Raquete de Macedo
Vice-reitor: Antonio Manoel dos Santos Silva
Pró-reitor de Administração e Desenvolvimento: Márcio Rubens Grof Kuchembuck
Pró-reitora de Graduação: Mória Aparecida Viggiani Bicudo
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: José Ribeiro Júnior
Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Vogner José Olivo

Jornal da UNESP

Editor Chefe: José Roberto Ferreira
Editores: André Louzas e Paulo Velloso
Redação: Denise Pellegrini, Emi Shimmo, Marcelo Burgos e Tônio Belickos
Colaboradores: Cleide Portes e Laura Corneiro (Texto); José Cordeiro, Milton Michida e Moretti Jr. (Fotografia)
Editor de Arte: Celso Pupo
Fotografia: Adriano Zebrouskos
Secretária de Redação: Viviane Nondez
Produção: José Luiz Redini
Revisão: Francisco Mario Lourenço e Rinaldo Milesi
Tiragem: 18.000 exemplares
 Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado mensalmente pelo Assessorio de Comunicação e Imprensa.
 A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citado o fonte.
 Endereço: Rua do Carmo, 44, 5º andar, CEP 01019-020, São Paulo, SP. Telefone (011) 37-4479.

Composição, fotolito e impressão: Imprensa Oficial do Estado S.A. — IMESP

Secretário de C&T visita a reitoria

O secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Luiz Carlos Delben Leite (ao centro, na foto), visitou a reitoria no dia 18 de fevereiro, acompanhado pelo seu assessor de relações universitárias Silvério Crestana. Eles foram recebidos pelo professor Arthur Roquete de Macedo, pró-reitores e assessores. Delben ressaltou a importância da Universidade para a solução dos problemas enfrentados pela população, principalmente a de baixa renda. Enfatizou que dará todo o apoio à nova administração da Unesp e assumiu o compromisso de a Secretaria, pela qual é responsável, colaborar com a Universidade e com a Prefeitura de Araraquara na instalação de um pólo de desenvolvimento tecnológico.



José Cordeiro



COMO SERÁ O AMANHÃ?

No plebiscito do próximo dia 21 de abril, os brasileiros definirão seu futuro sistema político. Aqui, presidencialistas, parlamentaristas e monarquistas, além de intelectuais de diversas áreas, discutem a melhor opção para o País

Eugênio Novais/Falha Imagem



O Palácio do Planalto e, ao fundo, o Congresso Nacional: sedes possíveis do poder.

Monarquia ou república? Parlamentarismo ou presidencialismo? Há dois meses do plebiscito, representantes de partidos políticos, lideranças e diversos segmentos da sociedade discutem o pleito e suas implicações na vida do País. Embora não faltem debates sobre os prós e os contras dos siste-

mas propostos, ainda há muitos pontos nebulosos, inclusive as normas que devem reger a votação. Por isso, historiadores, cientistas políticos e juristas são unânimes em afirmar que, quanto mais o eleitor souber a respeito de cada um dos regimes, maior será a chance de, finalmente, conduzir-se o País rumo ao desenvolvimento.

Os especialistas assinalam que, na hora de se avaliar as vantagens e desvantagens de um sistema, vários pontos devem ser questionados. Por exemplo: o poder centralizador e amplo exercido pelo presidente da República, no sistema presidencialista, é positivo ou negativo? De acordo com Tullo Vigevani, professor de Ciência da Política da

Faculdade de Filosofia e Ciências do campus de Marília, a história brasileira é rica em demonstrações de que o acúmulo de poder é desvantajoso e pode resultar em corrupção. Ele cita como exemplo o recente caso do ex-presidente Fernando Collor de Mello, destituído via impeachment. "Mesmo que respeite certos limites impostos pela Cons-

Entenda como funciona cada um dos regimes

REPÚBLICA PARLAMENTARISTA

- O chefe de Estado é o presidente da República e o chefe do Executivo é o primeiro-ministro. O presidente representa o Estado junto à comunidade internacional. O chefe do Executivo responde pela administração do governo. Essa divisão de poderes não é absoluta, e varia de país para país.
- Na maioria dos regimes parlamentaristas "puros", o presidente é escolhido pelo parlamento, através de representantes do povo. Em outros casos, como na França, o presidente é eleito por voto popular. Apoiado nas maiorias parlamentares, o primeiro-ministro é formalmente indicado pelo presidente.
- O primeiro-ministro responde perante o parlamento e a sociedade pelo programa que se comprometeu a implantar. Governará enquanto gozar da confiança e apoio político do parlamento, já que não tem

mandato com duração definida. Esta dinâmica permite, em tese, que crises políticas ou governos fracos sejam mais facilmente substituídos.

- O sistema diminui o risco de crises institucionais ou golpes e prevê soluções para momentos de confronto, como a destituição do primeiro-ministro ou a dissolução da Câmara.

REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA

- O presidente da República é o chefe de Estado (aquele que assume as missões simbólicas, como representar o país em solenidades nacionais e internacionais) e de Governo (aquele que assume o comando da máquina administrativa), e a ele compete nomear e exonerar os ministros de Estado.
- O chefe de Estado e Governo é escolhido pela população, em eleições diretas, para mandato de cinco anos (Brasil).

- O sistema é vantajoso, em parte, pois propicia a realização de planos a médio e longo prazos. Por outro lado, corre-se o risco de se ter de conviver com governos fracos ou corruptos durante o período de seu mandato. Para evitar essa situação, os regimes presidencialistas costumam prever mecanismos jurídicos para controlar ou responsabilizar o presidente. O impeachment é o mais radical deles, sendo aplicado nos casos em que o presidente comete crime ou falta grave, como ocorreu com Fernando Collor de Mello.
- O presidente não é responsável pelo programa político que se comprometeu a implantar quando em campanha eleitoral.

MONARQUIA PARLAMENTAR

- Sua característica básica é a existência de um poder moderador, exercido pelo rei, que desempenha a função de chefe de Estado. Ele não possui ideologia partidária

própria e tem por finalidade representar seu país e consolidar a opinião pública em épocas de crise, assegurando a estabilidade, a continuidade institucional e a unidade nacional.

- O primeiro-ministro responde pela função de chefe de Governo, assistido por seus ministros, com apoio do parlamento, eleito pelo voto distrital, podendo ser destituído quando houver crises internas ou desconfianças.
- Neste sistema, os poderes Executivo e Legislativo são controlados e compartilhados pelo parlamento, que se reserva o voto de censura sobre qualquer governo.
- A proposta monarquista brasileira diz que o povo reconhece a descendência da dinastia da Casa de Bragança para ocupar o trono. É importante ressaltar, contudo, que os herdeiros de D. Pedro II se encontram-se ainda divididos quanto à sucessão real.

tituição, o presidente exerce, durante cinco anos de mandato, uma autoridade quase imperial”, comenta Tullo, que ainda não definiu sua posição em relação ao plebiscito do próximo dia 21 de abril.

Embora seja anarquista declarado, Sérgio Queiroz Norte, professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras do câmpus de Assis, lembra que a queda de Collor comprovou que o presidencialismo pode funcionar — e de forma democrática — no Brasil. “O que ocorreu com Fernando Collor de Mello mostra claramente que o regime presidencialista tem meios de coibir e punir eventuais abusos do chefe de Estado”, diz. Ele lembra que, através de uma pressão popular nacional, os congressistas afastaram o presidente, permitindo que seu vice, Itamar Franco, tomasse posse.

O argumento de Sérgio Queiroz Norte encontra eco junto a Marco Aurélio Nogueira, professor de Teoria Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do câm-

pus de Araraquara. Presidencialista, Marco Aurélio acredita que o risco de eleger-se um presidente como Collor sempre vai existir. “Há presidencialistas e parlamentaristas de boa e de má qualidade”, pondera. Entre as vantagens oferecidas pelo presidencialismo, Marco Aurélio cita a maior estabilidade do sistema, o que possibilita traçar planos para o País, a médio prazo. Para ele, com o regime vigente, torna-se mais fácil também regularizar a vida institucional do País. “Seja qual for o modelo de parlamentarismo adotado, ele provocará uma profunda mudança, que pode deixar o País em suspenso por muito tempo”, comenta.

VOTO DE CONFIANÇA

Os parlamentaristas, é claro, têm motivos e argumentos para discordar desse ponto de vista. Para eles, apesar de normalmente não apresentar a mesma estabilidade do presidencialismo, o parlamentarismo é um sistema mais democrático e que garante



Fotos: José Cordeiro

Bastos: distorções no Congresso são ruins principalmente para o parlamentarismo



Marco Aurélio: presidencialismo permite maior estabilidade das instituições

maior governabilidade. “No parlamentarismo, o parlamento e o executivo coincidem com a maioria política definida em eleições, rompendo com os vetos cruzados existentes no presidencialismo e que dificultam a governabilidade do País”, analisa Tullo Vigevani. Ele acrescenta ainda que, nesse sistema, é possível destituir-se o primeiro-ministro e o parlamento sempre que houver crises entre as partes em relação a um programa de governo.

Para Celso Bastos, professor de Direito da Faculdade de História, Direito e Serviço Social do câmpus de Franca, simpaticamente do parlamentarismo, um outro ponto a favor desse sistema é o fato de não atribuir-se a nenhum dos poderes a decisão definitiva sobre determinada questão. Para outro defensor da causa parlamentarista, Márcio Rubens Graf Kuchembuck, pró-reitor de Administração e Desenvolvimento da UNESP, além das qualidades do sistema deve-se considerar que se trata de uma tentativa, uma experiência nova, que pode ou não dar certo. “A desesperança em relação ao que já

O povo soberano

● plebiscito é uma das formas de exercício da soberania popular, através do voto direto e secreto. A oitava Constituição do Brasil, promulgada em 1988, determinou a realização de um plebiscito através do qual se decidirá o retorno à monarquia, a permanência do sistema republicano, a adoção do parlamentarismo ou a manutenção do presidencialismo. O pleito, marcado inicialmente para setembro deste ano, foi antecipado para 21 de abril próximo. O sistema vencedor deverá, em teoria, vigorar a partir de 15 de março de 1995. As regras para o pleito ainda não estão definidas, e caso não haja concordância entre presidencialistas e parlamentaristas o Tribunal Superior Eleitoral deverá determinar suas normas. Poderão votar os brasileiros ou naturalizados maiores de 18 anos, de posse do título eleitoral. A votação, obrigatória, será nos mesmos locais e horários das eleições para prefeito, governador e presidente. O voto será facultativo para os eleitores de 16 e 17 anos.

História mostra uma sociedade dominada

No Brasil, apesar da mudança de regimes, a grande maioria da população não participa efetivamente do poder. Essa é a opinião de dois historiadores ao analisar a trajetória política do país após a Independência. “Temos uma tradição autoritária”, avalia Clodoaldo Bueno, professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) do câmpus de Marília. Esse mesmo ponto de vista é apresentado por Sérgio Queiroz Norte, do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do câmpus de Assis. “Entre nós, o Poder Executivo predomina sobre a sociedade”, comenta.

Monarquia (1822-1899)

Sérgio Norte explica que o regime monarquista brasileiro se inspirou no modelo inglês. Ele ressalta que o parlamento tinha uma influência decisiva no poder, mas era composto basicamente pelos representantes dos grandes latifundiários. “Apenas podia votar quem tivesse uma renda mínima de 100 contos de réis.” Embora o governo de então fosse elitista e escravocrata, a habilidade política de D. Pedro II recebe elogios de Norte e Bueno. “Ele soube usar bem o Poder Moderador, e o sistema parlamentar pôde funcionar”, recorda Bueno.

República (de 1899 até hoje)

Para Sérgio Norte, a República Velha apresentou um retrocesso em relação à Monarquia. O historiador lembra que, pela lei, o voto passou a ser direito de todos os homens com mais de 21 anos. “Mas, na prática, as eleições eram controladas pelos grandes proprietários rurais de São Paulo e Minas Gerais”, argumenta. De acordo com o professor da FCL/Assis, a liberdade de imprensa diminuiu em comparação com a fase do reinado e os presidentes administraram com mão-de-ferro.

A revolução de 30, que extinguiu a República Velha, eclodiu para acabar com o poder das oligarquias rurais e, com a Constituição de 34, ocorreram vários avanços. “Nessa época, por exemplo, as mulheres passam a também ter direito ao voto”, declara Norte. No entanto, em 37, Getúlio Vargas, que até então governava constitucionalmente, impôs a ditadura do Estado Novo. Com o retorno da democracia, em 45, a população voltou a eleger seu presidente. De acordo com Bueno, esse período, que durou até o início da década de 60, apesar de conquistas como a maior influência das massas urbanas nos governos, mostrou um presidencialismo em constante instabilidade.

“Devido a crises políticas e conflitos com o Congresso, Getúlio Vargas se suicida e Jânio Quadros renuncia.”

Já para Sérgio Norte as crises do período não demonstram que o presidencialismo não funcionou. “Confrontos entre o Executivo e o Legislativo são naturais nesse regime e casos como o de Getúlio e Jânio não significam a falência do sistema.” Segundo o historiador da FCL/Assis, uma experiência muito pior foi a fase parlamentarista, que, de setembro de 61 a janeiro de 63, teve três primeiros-ministros, entre eles Tancredo Neves. “O parlamentarismo foi implantado por pressão dos militares, para evitar que João Goulart assumisse o poder, e por isso não deu certo.” Diante da instabilidade política vigente, foi convocado para janeiro de 63 um plebiscito sobre o sistema de governo para o País, em que 80% dos votantes optaram pelo presidencialismo. Jango adquiriu, assim, plenos poderes, porém foi derrubado pelo golpe de abril de 64, que instaurou um regime ditatorial, com presidentes militares impostos. Os presidentes civis só retornariam com José Sarney — eleito indiretamente, em 84 — e Fernando Collor.

vi e a possibilidade de termos Orestes Quércia ou Antônio Carlos Magalhães na presidência me leva a dar um voto de confiança no parlamentarismo”, justifica.

Para os presidencialistas, o discurso parlamentarista é muito bonito — no papel. Na prática, porém, as dificuldades são muitas, a começar pela indefinição do modelo parlamentar a ser adotado, seu sistema eleitoral (proporcional, distrital, misto) e sua extensão a estados e municípios (como serão eleitos governadores e prefeitos?). “Não posso assumir definitivamente minha posição favorável ao parlamentarismo enquanto não houver um acordo do que se entende por parlamentarismo no Brasil”, afirma Celso Bastos. Segundo ele, existem basicamente três modelos de parlamentarismo: o ortodoxo, seguido pela Inglaterra (monarquia parlamentarista), onde o chefe de Estado não possui poder de governo; o intermediário, adotado pela Itália, em que se tem a divisão de poderes mais ou menos equilibrada entre o presidente e o primeiro-ministro; e o sistema francês, no qual o poder do presidente da República é maior do que o do primeiro-ministro. “A frente parlamentarista precisa explicitar suas propostas e não deixar para o Congresso a definição desse



regime, caso seja aprovado”, observa Sérgio Queiroz Norte, lembrando que o “atual Congresso peca pela sua falta de representatividade e caráter fisiológico”.

O problema da desproporcional representação dos deputados na Câmara tem sido outro foco de discussão, que tem tirado o sono de muita gente — presidencialistas ou não (veja quadro abaixo). “Se as distorções não forem corrigidas”, afirma Celso Bastos, “o problema não só continua como pode até piorar, caso seja eleito o parlamentarismo, uma vez que a maioria no parlamento vai aprovar o primeiro-ministro.”

Um outro ponto, que tem sido alvo de acaloradas discussões, é o que diz respeito à debilidade dos partidos políticos brasileiros e sua repercussão no sistema adotado. Por um lado, os parlamentaristas defendem a adoção do sistema como forma de se fortalecer os partidos. “No parlamentarismo, os partidos serão obrigados a se organizarem para compor a maioria no parlamento”, declara Celso Bastos. Por outro lado, os presidencialistas pregam a inviabilidade de se implantar o parlamentarismo sem partidos fortes. “Não é o sistema de governo que vai criar partidos melhores ou piores. Eles são a expressão da sociedade”, diz Marco Aurélio.

Como a debilidade dos partidos políticos influencia no parlamentarismo? De acordo com Tullo Vigevani, a resposta é simples. O primeiro-ministro, no parlamentarismo, é indicado pelo presidente e submetido à aprovação do parlamento. No Brasil, a aprovação de um nome apresentaria inúmeras dificuldades, uma vez que nem mesmo os grandes partidos, como o PMDB ou o PFL, conseguem superar suas crises internas. Se os partidos não tiverem condições de deliberar, acredita Vigevani, haverá uma situação de ingovernabilidade.

ERROS E ACERTOS

Paralelamente à disputa entre republicanos parlamentaristas e republicanos presidencialistas, um outro segmento defende seu quinhão: os parlamentaristas monárquicos. Estes apresentam suas críticas aos dois sistemas em questão. “Qual o saldo da república presidencialista brasileira?”, pergunta Augusto Martínez Perez, professor da Faculdade de História, Direito e Serviço Social do câmpus de Franca. “Tivemos sete cons-



Vigevani: na parlamentarismo há mais harmonia entre Executivo e Legislativo

No CO, deu parlamentarismo

Se dependesse dos votos dos membros do Conselho Universitário, o País seria uma República Parlamentarista. Em enquete realizada pelo Jornal da UNESP, durante reunião ordinária no último dia 28 de janeiro, 66% dos membros presentes (60, de um total de 78) mostraram-se favoráveis à implantação do parlamentarismo republicano; 20% apoiaram o presidencialismo e 10% mostraram-se indecisos. A monarquia parlamentarista e o anarquismo obtiveram um voto cada.

Entre reitor, vice-reitor e pró-reitores, 83% optaram pelo parlamentarismo. No quadro de 24 diretores, 79% votaram pelo parlamentarismo; 12,5% escolheram o presidencialismo e 8,3% ainda não têm opinião formada. Neste bloco, apurou-se o único vo-

to monarquista da enquete. Dos 15 representantes docentes presentes, 60% apoiam o parlamentarismo; 13% o presidencialismo, e o restante ainda não se definiu.

O representante das associações patronais no Conselho Universitário, Argemiro de Barros Araújo, votou a favor do presidencialismo, enquanto José Pereira dos Santos, das associações dos trabalhadores, votou no parlamentarismo. Entre os membros do corpo técnico-administrativo, 55% votaram pelo parlamentarismo e 44% pelo presidencialismo. Apenas seis dos onze alunos com assento no CO compareceram à reunião, e, desses, quatro optaram pelo regime parlamentarista e dois pelo presidencialismo como sistema de governo ideal para o País.

tuições diferentes, um único presidente civil a encerrar seu mandato, quatro presidentes depostos e três impedidos de tomar posse e doze estados de sítio”, diz. O diretor da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos, Rogério Lacaz Netto, a favor do parlamentarismo monárquico, concorda com Augusto Martínez. Para ele, o parlamentarismo só vingará se houver um

chefe de Estado acima dos partidos e grupos políticos, ou seja, um rei que legitime as aspirações do povo e garanta a unidade da nação. Lacaz Netto cita, ainda, exemplos de países onde o parlamentarismo constitucional obteve êxito, como Espanha, Suécia e Japão. Mas para Marco Aurélio, a tentativa de se adotar aqui um regime que deu certo em outro país não tem fundamento.

Representação dos Estados precisa mudar

Divergências à parte, presidencialistas e parlamentaristas concordam em um ponto: é preciso corrigir as distorções existentes na Câmara dos Deputados em relação à representatividade dos Estados. A questão, bastante polêmica, tem sido levantada por políticos de várias tendências, inclusive o governador do Estado, Luiz Antonio Fleury Filho (PMDB).

Para o professor Cecílio Linder, ex-diretor do Instituto de Biociências do câmpus de Botucatu, o problema é muito sério. Tanto é que, antes de se declarar presidencialista ou parlamentarista, ele se considera “proporcionalista”. Celso Bastos, professor de Direito da Faculdade de História, Direito e Serviço Social do câmpus de Franca, concorda com seu colega e acompanha, apreensivo, as discussões sobre o tema. “A representatividade dos deputados é irreal. Do jeito que as coisas es-

tão, favorece-se o voto de cabresto”, diz. Segundo Bastos, os candidatos de um Estado pequeno elegem-se, hoje, com menor número de votos, muitas vezes obtidos por meio de pequenos favores em época eleitoral.

A comparação entre São Paulo e Roraima é o exemplo mais utilizado para retratar a distorção. Em Roraima, para se ter idéia, cada candidato representa apenas 9 mil eleitores, enquanto em São Paulo a proporção é de um deputado para 308 mil votantes.

No voto proporcional, cada Estado seria um grande distrito eleitoral, os candidatos poderiam ser votados em todo seu território e cada partido inscreveria um número de candidatos igual ou até três vezes o número de deputados do Estado. Cada partido elegeria um número de deputados proporcional à soma dos votos

dos candidatos e da legenda do partido sobre a votação total do Estado.

A adoção do voto distrital é, na opinião de Cecílio Linder, uma alternativa para solucionar a questão. Neste tipo de voto, o Estado seria dividido em distritos, com aproximadamente o mesmo número de eleitores. Em cada distrito, seria eleito o candidato mais votado. Para Celso Bastos, se o povo optar pelo parlamentarismo, com a atual estrutura da Câmara dos Deputados, pode haver uma mudança para pior. Segundo ele, corre-se o risco de deflagrar-se movimentos radicais e separatistas e ter-se um presidente que não representa a vontade da maioria da população. “Para evitar que isso ocorra”, alerta, “deve-se mudar o mais rápido possível a Constituição no que se refere à composição da Câmara.”

Essa é a cédula do plebiscito

FORMA DE GOVERNO	SISTEMA DE GOVERNO
Monarquia 1	Parlamentarismo 1
República 2	Presidencialismo 2

A cédula a ser usada no plebiscito terá, no lado esquerdo, a opção pela forma de governo: a primeira alternativa será a Monarquia, e, a segunda, a República. À direita, ficará a escolha sobre o sistema de governo, sendo que o parlamentarismo virá em primeiro lugar e, logo abaixo, o presidencialismo. A disposição das opções foi feita por sorteio.

“É impossível importar ou exportar modelos políticos”, considera. “A opção política de cada país está intimamente vinculada à sua história e às suas circunstâncias.”

De qualquer forma, apesar da simpatia por um ou outro regime, os especialistas enfatizam que a opção que sairá do plebiscito no dia 21 de abril, não será capaz de resolver todas as dificuldades nacionais. “Um sistema pode facilitar ou dificultar a solução de determinadas questões, mas os problemas existirão sempre, e cabe à sociedade como um todo organizar-se para superar suas crises”, avalia Vigevani. Para Kuchembuck, somente após uma sucessão de processos eleitorais e muitos erros e alguns acertos é que o País vai encontrar seu caminho. “O aprendizado leva tempo”, arremata.

Emi Shimma

Leituras

- Parlamentarismo — A Hora e o Vez do Cidadania, de Jô de Araújo. Editora Vazes; 192 páginas.
 - Parlamentarismo e Presidencialismo — A Teoria e a Situação Brasileira, organizada por Armando Boito Jr. Editora Poz e Terra; 103 páginas.
 - Parlamentarismo ou Presidencialismo? República ou Monarquia?, de José Serra, Vladimir Palmeiro e Cunha Buena. Editora Contexta; 94 páginas.
 - Presidencialismo ou Parlamentarismo — Perspectivas sobre a Reorganização Institucional Brasileira, organizada por Bolívar Lamounier e Dieter Nohlen. Edições Loyola; 246 páginas.
 - Reforma Política no Brasil: Parlamentarismo x Presidencialismo, de José Serra. Editora Siciliano; 219 páginas.
 - Sistema Eleitoral e Reforma Política, de Jairo Marconi Nicolou. Foglia Editora; 118 páginas.
 - O Parlamentarismo e o voto distrital, de Felipe Cocuzza. Transcendental Editora; 326 páginas.
 - Brasil rumo ao Parlamentarismo, de Hélio Amarim de Oliveira. Salesiana Editora; 60 páginas.
 - Em defesa da Presidencialismo, vários autores, entre eles Leonel Brizola, Renato Lessa e Leôncio Martins Rodrigues. Editora Espaço e Tempo; 130 páginas.
 - Parlamentarismo e a requalificação do plênitude democrática, de Fávila Ribeiro. Editora Saraiva; 120 páginas.
 - A opção Parlamentarista, organizada por Bolívar Lamounier. Editora Sumaré e Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticas de São Paulo; 191 páginas.
- Os livros podem ser encontradas na Livraria Cultura — Av. Paulista, 2.073. Loja 153. Tel. (011) 285-4033.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO

Driblando a crise

Se a implantação da proposta de gestão do novo reitor — promover o desenvolvimento qualitativo e integrado da UNESP — já supõe a necessidade de muito fôlego, esse início de mandato está exigindo também muita agilidade do professor Arthur Roquete de Macedo e de sua equipe, em função do agravamento da situação financeira: não bastasse a recessão econômica, sem precedentes, que perdura há meses, em janeiro e fevereiro a arrecadação do ICMS ficou aquém das previsões mais pessimistas, puxando para baixo o orçamento da Universidade. Apesar de preocupante, essa situação não chega a assustar, uma vez que medidas já foram tomadas e o reitor espera contar com a colaboração da comunidade acadêmica. Além de explicar como está resolvendo os problemas emergentes, o professor Arthur fala, nesta entrevista, das prioridades para este ano — entre as quais a modernização e recuperação das bibliotecas e a implantação de uma reforma acadêmica e administrativa —, de como será seu relacionamento com as lideranças dos segmentos que compõem a comunidade unespiana, dos critérios que utilizou para montar sua equipe e de seu firme propósito de a UNESP não promover encampações ao longo de sua gestão.

Jornal da UNESP — Como o senhor vai fazer para conciliar a diminuição do orçamento da Universidade, que é uma decorrência da queda da arrecadação do ICMS, com a atual política salarial de reajustes conforme a inflação e com sua proposta de desenvolver a UNESP?

Arthur Roquete de Macedo — Embora não seja fácil, é possível conciliar esses três aspectos pela adoção de diretrizes políticas e administrativas que contem com a colaboração da nossa comunidade. Nesse sentido, nesses primeiros dias da nossa administração, já adotamos várias medidas.

JU — Quais são essas medidas?

Arthur — Realização dos pagamentos de encargos atrasados para empreiteiras e fornecedores da UNESP. Essa diretriz possibilitará fazer a compatibilização do orçamento com os recursos financeiros de cada unidade. Dessa forma, a Universidade passa a ser uma boa pagadora, tendo, então, condições de exigir de seus fornecedores preços adequados, de mercado, sem que ocorra a inclusão de juros antecipados, o que tem ocasionado considerável perda de receitas. Outra medida adotada é a continuidade das negociações para o alongamento da dívida da UNESP para com o Banespa, iniciada na gestão anterior. Esse alongamento de dívida fará com que a UNESP tenha condições mais adequadas para saldar seus compromissos.

JU — Há ainda alguma outra medida adotada, no aspecto financeiro?

Arthur — A aplicação mais racional dos recursos da UNESP, determinando um rendimento financeiro capaz de compensar a taxa de inflação, é outra providência tomada nesses primeiros dias de nossa gestão. Isso poderá aliviar, em parte, as nossas difi-

culdades orçamentárias. E há também um estudo para o pagamento das utilidades públicas da UNESP numa data comum, mais adequada ao nosso "fluxo de caixa". Através da descentralização orçamentária e financeira, as Unidades passam a ter autonomia na conversão de recursos de custeio para investimento e vice-versa.

“A captação de recursos junto à iniciativa privada é imprescindível para a geração de tecnologia nacional e para a soberania do País”

JU — E quanto à captação de recursos extraorçamentários?

Arthur — Houve um aumento do esforço de captação de recursos extraorçamentários por meio de projetos especiais junto ao Governo do Estado, projetos de transferência de tecnologia para a iniciativa privada e mediante estabelecimento de convênios com agências financiadoras e bancos de fomento. Finalmente, conseguimos reservar o duodécimo do décimo terceiro salário, durante todos os meses do ano, e também pagamento de nossas obrigações com a Previdência Social, a partir de janeiro.

JU — Qual será o efeito prático desse conjunto de medidas?

Arthur — Temos a convicção de que esse conjunto de medidas poderá estabelecer um fluxo de caixa mais adequado, dando equilíbrio maior à situação financeira e orça-

mentária da Universidade. Devo ressaltar, entretanto, que não se trata de tarefa fácil. A situação econômica do País é extremamente instável e, embora tenhamos feito previsões pessimistas com relação à arrecadação do ICMS, e dentro dessas projeções baseado a nossa política, já fomos surpreendidos nesse primeiro mês, pois a arrecadação do ICMS esteve muito abaixo de qualquer previsão, por mais negativa que ela tenha sido, e já nos vemos obrigados a rever algumas diretrizes anunciadas e colocadas em prática.

JU — Há críticas à política de captação de recursos, principalmente de que isso significa instrumentalizar a Universidade, colocando-a a serviço da iniciativa privada, o que também provocaria prejuízos para a pesquisa básica. Como o senhor vê essa questão?

Arthur — Tenho certeza que uma política de captação de recursos, mediante uma maior colaboração com a iniciativa privada por meio de elaboração de projetos de desenvolvimento, só poderá trazer benefícios à Universidade e à sociedade. É necessário, entretanto, que esses programas sejam institucionalizados e, dessa forma, muito bem regulamentados pela Universidade. É imprescindível que os projetos sejam avaliados pelos órgãos colegiados da Universidade, evitando-se assim distorções que, eventualmente, poderiam prejudicar tanto a Universidade quanto o programa. Essa é, hoje em dia, uma atividade que vem sendo desenvolvida pelas melhores Universidades do mundo. Considero que, num país em desenvolvimento com as características do Brasil, essa atividade de extensão da Universidade é de fundamental importância para a geração de uma tecnologia nacional,



Lito Claret

que possa garantir, no futuro, a soberania tecnológica do País.

JU — Voltando ao ICMS. O senhor não acha que o orçamento da Universidade poderia ter uma outra fonte?

Arthur — Já temos defendido que os recursos destinados às universidades públicas de São Paulo sejam baseados não na arrecadação do ICMS, mas no orçamento global do Estado. A adoção desse critério impedirá que as flutuações, extremamente frequentes, do ICMS coloquem as universidades em situações orçamentárias e financeiras difíceis. A mudança do critério dará maior estabilidade financeira às universidades públicas de São Paulo.

“Nossos recursos devem ser baseados no orçamento global do Estado, não na arrecadação do ICMS. Só assim teremos maior estabilidade financeira”

JU — Quais são as prioridades para este ano?

Arthur — Em termos de investimento, as maiores prioridades da UNESP são: a modernização e a recuperação da sua rede de bibliotecas, incluindo o acervo, a estrutura física, a informatização dos serviços e o treinamento de pessoal; o programa de informatização da Universidade e a recuperação e construção de laboratórios didáticos e sa-

las de aula. Sob o ponto de vista institucional, as prioridades são a reforma acadêmica e administrativa e o aperfeiçoamento do atual Estatuto da Universidade. Será dada ênfase a uma política de capacitação de recursos humanos, tanto para o corpo técnico administrativo, quanto para o corpo docente. Tentaremos resolver, ainda mediante negociações, o equacionamento da dívida da UNESP com a Previdência Social. Mas é importante que se diga que essas metas não serão cumpridas totalmente nesse primeiro ano de gestão. São metas a serem alcançadas a curto e a médio prazos.

JU — Como será, da sua perspectiva, o relacionamento do reitor com as entidades que representam os segmentos da comunidade universitária?

Arthur — O melhor possível. Pretendemos estabelecer com as entidades de docentes, de funcionários e de alunos um diálogo franco, aberto e extremamente construtivo. Estamos conscientes da importância dessas entidades na construção do futuro da nossa Universidade. No processo democrático, a atuação das entidades de classe é imprescindível. Essa atuação será tanto mais construtiva quanto maior for a participação e mais autônomas e representativas forem essas instituições.

JU — O senhor considera concluído o processo de democratização da UNESP?

Arthur — Não. A democracia exige análise e aperfeiçoamento contínuos. Apenas o exercício da prática democrática leva ao aperfeiçoamento da democracia. Portanto, achamos que ainda há a possibilidade e a necessidade de aperfeiçoar o processo democrático dentro da UNESP. Uma ocasião propícia para a execução dessa medida é exatamente

a rediscussão do Estatuto da Universidade.

JU — Pela primeira vez na história da UNESP a escolha do Reitor e do Vice foi feita em conjunto, na forma de uma chapa. O que isso representa para a gestão da Universidade?

Arthur — Representa a oportunidade de um entrosamento maior entre os responsáveis diretos pela administração superior da Universidade, proporcionando a realização de um trabalho de equipe. O professor Antonio Manoel e eu possuímos uma visão muito próxima da Universidade e das diretrizes que devem ser imprimidas para o desenvolvimento da UNESP. Trabalhamos juntos na elaboração da nossa proposta de gestão, auxiliados por elementos representativos da comunidade, e durante meses enfrentamos unidos o processo sucessório. Durante todo este trabalho foi possível, respeitada a individualidade de cada um de nós, a realização de um trabalho profícuo e harmonioso. Esta atuação deverá ser aprimorada nos próximos anos, em que tere-mos a responsabilidade de dirigir a Universidade.

JU — Quais os critérios que o senhor utilizou para escolher seus pró-reitores?

Arthur — Os critérios utilizados foram os da competência e da identificação com a proposta de gestão debatida com a comunidade. Ao mesmo tempo, procuramos dar à nossa equipe de trabalho uma composição equilibrada, com professores de todas as grandes áreas de conhecimento e dos diferentes câmpus que constituem a nossa Universidade. Levamos ainda em consideração, para a escolha de nossos colaboradores, a capacidade de cada um de seus elementos de trabalharem em conjunto, isto é, de formarem uma verdadeira equipe.

JU — Em recente entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo o senhor disse que durante sua gestão não haverá encampações, como foi o caso de Bauri. Isso não significa que a UNESP estaria se eximindo do papel de ampliar a oferta de ensino superior público e gratuito no Estado de São Paulo?

Arthur — Somos totalmente contrários à encampação de novas instituições. Entendemos que a UNESP já deu a sua contribuição, que aliás foi muito importante e sem precedentes na história da universidade pública brasileira, para o aumento de vagas gratuitas no interior do Estado de São Paulo. Agora, é chegado o momento de compatibilizar o crescimento quantitativo com o necessário salto de qualidade. Isso não significa, entretanto, que a UNESP não venha a abrir cursos em suas unidades, principalmente no período noturno e em áreas carentes. No entanto, esses cursos deverão ter o mérito acadêmico analisado pelo Cepe e, em seguida, o Conselho de Administração e Desenvolvimento, Cade, deverá fazer uma avaliação orçamentária, estabelecendo um cronograma financeiro para a implantação dos mesmos. Somente após esses estudos acadêmicos e orçamentários é que os processos serão enviados para a apreciação do Conselho Universitário. Tendo sido aprovados pelo órgão máximo da Universidade, a administração central enviará todos os esforços para que eles sejam instalados dentro dos padrões mínimos de qualidade, que a atual conjuntura e a importância da UNESP requerem.

“No processo democrático, a atuação das entidades de classe é fundamental. E nosso diálogo com elas será franco e aberto”

JU — Na condição de reitor de uma universidade pública das mais importantes, como o senhor vai se posicionar em relação aos problemas da escola pública de uma maneira geral?

Arthur — A nossa posição é a da defesa e do aprimoramento da qualidade do ensino público e gratuito em todos os graus e modalidades. A construção do futuro do Brasil passa necessariamente pela priorização da educação e pela eleição da escola pública como agente imprescindível na condução do processo.

JU — A avaliação é um tema em gestação na universidade brasileira já há alguns anos. Na UNESP ainda não se conseguiu definir a melhor maneira de fazê-la. Como o senhor vê essa questão?

Arthur — A instalação de um processo de auto-avaliação é primordial para o desenvolvimento da UNESP. Aliás, o Cepe está realizando um trabalho muito bom nesse sentido. Este colegiado, inclusive, já definiu os objetivos para uma avaliação institucional, bem como os indicadores e os parâmetros para realizá-la. O trabalho será apro-

veitado dentro da nossa proposta de “Avaliação Institucional para a Universidade”. Nesse sentido, enviaremos aos colegiados a proposta da formação de comissões por área de conhecimento que avaliarão institucionalmente a UNESP de acordo com os objetivos, normas e indicadores estabelecidos pelo Cepe. Proporemos, ainda, uma Comissão de Avaliação Global, constituída por professores de outras universidades e representantes da sociedade que trabalharão em conjunto com quadros da UNESP. Quanto à avaliação individual, ela será fei-

“Nossa posição é pelo aprimoramento do ensino público e gratuito. O futuro do País passa, necessariamente, por aí”

ta pela CPRT, que deverá ter uma nova orientação, voltada não apenas para a fiscalização, mas também para orientação e formação dos nossos docentes mais jovens. A idéia é instalar um processo de auto-avaliação abrangente e isento, que permitirá mais do que a simples prestação de contas à comunidade e à sociedade da correta aplicação dos recursos públicos. É necessário que esta avaliação forneça elemento para tomada de decisões, correção de distorções e elaboração de programas e iniciativas que criem condições para o aprimoramento das diferentes atividades desenvolvidas pela UNESP.

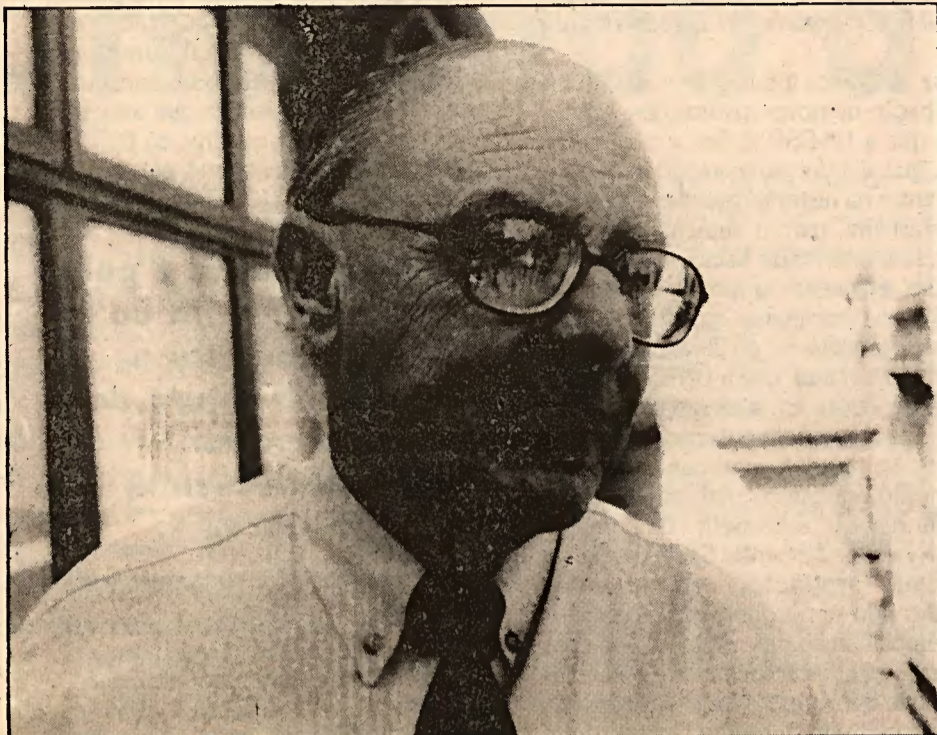
JU — Na sua posse havia bastante gente, com destaque para várias personalidades do mundo político e acadêmico. Foi uma demonstração de força, professor?

Arthur — Foi uma demonstração do prestígio que atualmente a UNESP goza junto à sociedade e ao meio universitário brasileiro. Acredito que ficou claro, de forma inequívoca, a expectativa de toda a sociedade para com a atuação da UNESP, nos mais diferentes campos do saber, em todo o interior do Estado de São Paulo. A cerimônia de posse determina uma responsabilidade muito grande, não apenas para os atuais dirigentes da Universidade, mas para toda a comunidade unespiana que, em última análise, é a responsável maior pelo atual estágio de desenvolvimento da nossa Universidade.

JU — O senhor é presidencialista ou parlamentarista?

Arthur — Sou parlamentarista. Entretanto, acredito que este sistema de governo só deve ser implantado após a adoção de algumas medidas impostergáveis, como a reforma político-partidária, a adoção do voto distrital, a revisão da proporcionalidade da representação dos Estados na Câmara dos Deputados, com a instalação de uma forma bicameral realmente representativa, e pela definição antecipada das normas que vigiarão no sistema parlamentarista: forma de governo, definição do tipo de eleição para primeiro-ministro, mecanismos de dissolução do congresso etc.

Com a palavra, os



Kuchembuck, da Administração e Desenvolvimento: atenção ao Plano de Carreira

Os novos pró-reitores da Universidade expõem aqui seus planos de trabalho, estabelecem prioridades e apontam eventuais



Wagner Oliva, da Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: intercâmbios

Fotos: Milton Michido

Modernidade e eficiência

Até o ano passado vinculada à vice-Reitoria, a partir de agora a Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento terá sua própria estrutura. E é justamente a organização dessa estrutura a tarefa prioritária que se colocou Márcio Rubens Graf Kuchembuck, o novo pró-reitor de Administração e Desenvolvimento. "Precisamos tornar a máquina administrativa mais moderna, racional e eficiente", afirma. Kuchembuck acredita ser preciso alcançar essa meta o quanto antes, já que a Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento "dá subsídios para as outras Pró-Reitorias".

O pró-reitor lembra também que as metas do programa de gestão do reitor Arthur Roquete de Macedo, cujo ponto central é o desenvolvimento qualitativo e integrado, só poderão ser viabilizadas com uma organização e administração muito bem acertadas. "Faremos uma análise minuciosa do funcionamento da área para detectar os pontos de estrangulamento e as suas virtudes", garante.

O professor Márcio Kuchembuck diz já ter uma idéia dos principais pontos a serem atacados. Ele acha, por exemplo, que tem sido cobrado um desempenho da área de recur-

sos humanos que ela não pode dar, já que não possui estrutura para isso. E cita o Plano de Carreira como "uma preocupação constante, pois atinge toda a comunidade e suas perspectivas profissionais e salariais".

Apesar da experiência administrativa adquirida na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia do câmpus de Botucatu, que dirige, ele acha que é um desafio muito grande chefiar a Pró-Reitoria de Administração e Desenvolvimento. "Será uma tarefa complexa e árdua", imagina. No entanto, ele assegura estar "entusiasmado e disposto" para levá-la a bom termo, principalmente após ter tido contato com a equipe. "Logo que comecei a me encontrar com os membros da direção, tanto desta Pró-Reitoria como das outras, senti que temos um grupo solidário e eficiente", elogia.

Kuchembuck, que destinou um dia da semana para orientação de alunos da Pós-Graduação, acha fundamental o fato de as Pró-Reitorias serem exercidas por docentes que continuem com suas atividades científico-acadêmicas. "É importante que não percamos a noção do que acontece no dia-a-dia da Universidade", opina.

Quando foi convidado para ser pró-reitor, Márcio Rubens Graf Kuchembuck, 52 anos, terminava seu mandato como diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) do câmpus de Botucatu. Antes disso, já havia sido supervisor do Hospital Veterinário e por duas vezes chefe do Departamento de Clínica Veterinária da FMVZ. Aliás, foi nesse departamento, onde dá aulas de graduação desde 1969, que Kuchembuck se tornou livre-docente, em 1984, e professor titular, em 1990. É também professor de pós-graduação na UNESP, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Faculdade de Medicina Veterinária da USP — instituição em que se graduou, em 1966. Tem

cerca de vinte trabalhos publicados e trinta outros apresentados em reuniões científicas, no Brasil e no exterior, além de três traduções de livros de sua área. Colaborou em 28 dissertações e teses, sendo orientador de treze delas, e participou de aproximadamente cinquenta bancas examinadoras, em várias universidades, inclusive em concursos de livre-docência e professor titular. Já ocupou a presidência da Associação de Docentes do câmpus de Botucatu e foi representante dos professores no Conselho Universitário e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Mestrado na UFMG, concluído em 1970. Realizou seu PHD na Universidade de Minnesota (EUA), em 1978.

Integração com a sociedade

Consolidar os programas de extensão já existentes e encaminhar os projetos que ainda não decolaram são as preocupações iniciais do Professor Wagner José Oliva, novo Pró-Reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários. Ele lembra que, sob o comando da PROEX, estão muitas atividades, como os Programas Parceria, de Apoio ao Estudante, de Atividades Culturais, de Informação Profissional e o Programa Vale do Ribeira, entre outros. "Nossa tarefa é integrar a comunidade universitária e articulá-la à sociedade como um todo, o que não é pouco", ressalta.

Oliva acredita que, por uma questão de limitação de tempo, a gestão anterior desenvolveu mais os projetos que visavam a integração dentro da UNESP. "Agora já podemos centrar nossos esforços no intercâmbio com a iniciativa privada e com a administração pública estadual e municipal", exemplifica. Neste sentido, ele diz ser fundamental um relacionamento estreito com órgãos como a FUNDUNESP e a Assessoria de Relações Externas, AREX, articulando a criação do PDCT — Programa UNESP de Difusão da Ciência e da Tecnologia, que envolverá Empresa Júnior, Pólos e Parques Tecnológicos, Transfe-

rência de Tecnologia, Incubadoras Empresariais, Consultorias etc.

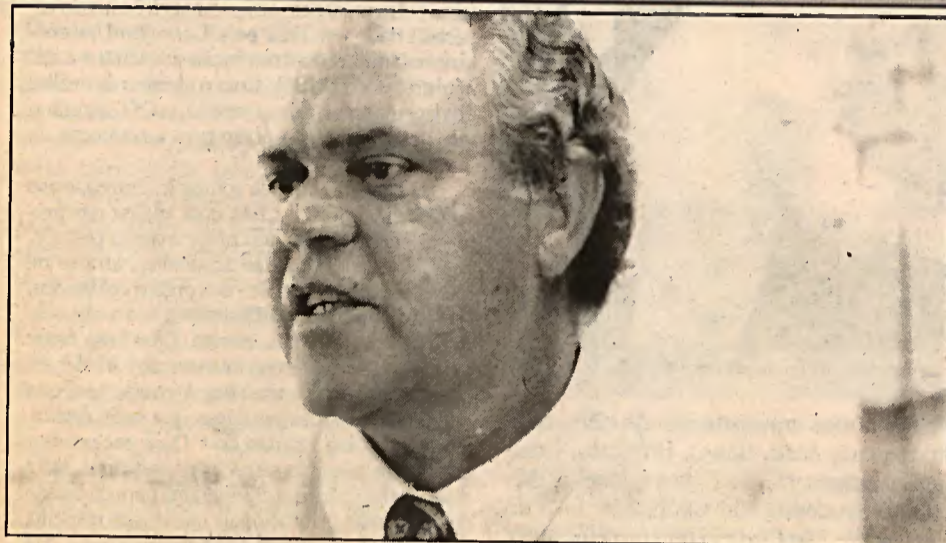
Programas como o convênio com a Prefeitura de Capão Bonito, que prevê a instalação de um câmpus avançado onde alunos de várias áreas farão pesquisas e prestarão serviços à população, merecem atenção especial, segundo o pró-reitor. "Este tipo de ação, onde a UNESP pode desenvolver seu potencial e dar um retorno à sociedade, é prioritário e segue a Proposta de Gestão dos Profs. Arthur e Antonio Manoel", diz. Segundo ele, a programação e a realização de eventos objetivando a divulgação da UNESP na comunidade devem ser, também, cada vez mais estimulados. Wagner Oliva lembra ainda a existência de preocupações que são constantes na Pró-Reitoria, como o Programa de Apoio ao Estudante, PAE. "Restaurante universitário, moradia e bolsas, por exemplo, são benefícios pelos quais nunca deixaremos de batalhar", enfatiza. Dentro da área cultural, Oliva defende a implantação de um Centro Cultural e a viabilização de vários projetos sugeridos pela comunidade. "Um festival da canção universitária e um concurso literário estão entre eles", diz.

Wagner José Oliva, 46 anos, une sua atuação em ensino e pesquisa a um intenso currículo na área administrativa universitária. Entre outras atividades, Oliva foi presidente da Câmara de Graduação e vice-diretor da Faculdade de Engenharia do câmpus de Guaratinguetá (FEG), membro relator da Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT), do Conselho de Curadores da VUNESP e presidente da Comissão de Equipamentos da Universidade. Ocupou a presidência da Associação dos Servidores do câmpus de Guaratinguetá (ASERCAU) e atua como membro efetivo do Conselho Deliberativo do

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS). Formado em Engenharia Mecânica pela FEG em 1970, chegou, nessa atual unidade da UNESP, a professor titular, em 1983. Sua trajetória acadêmica inclui as titulações de Mestre, Doutor, Livre Docente e Adjunto. Além de lecionar nos cursos de graduação e de pós-graduação da FEG, Wagner Oliva ministrou aulas na Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI) e foi professor catedrático visitante da Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Autor de vários trabalhos científicos e técnicos, participou de congressos e seminários em níveis nacional e internacional.

novos pró-reitores

dificuldades em suas áreas. Entre os quatro, a determinação comum de cerrar fileiras em torno do plano de gestão do prof. Arthur Macedo.



Ribeiro Júnior, da Pós-Graduação e Pesquisa: falta de recursos é o grande desafio



Fotos: Milton Michida

Maria Aparecida Bicudo, da Graduação: "É preciso não só fazer bem, mas ensinar a fazer"

Continuidade e expansão

O novo pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, professor José Ribeiro Júnior, pretende desenvolver o trabalho em sua área seguindo duas linhas principais: a continuidade em relação à gestão anterior e a expansão dos contatos internacionais, principalmente para a busca de financiamentos. "O trabalho desenvolvido até agora foi admirável, com sensível melhoria da capacitação docente e um aumento significativo nos programas de pós-graduação", enfatiza. "O esforço, agora, deve ser no sentido de manter o nível do que já foi feito e, a partir daí, desenvolvermos ainda mais". Ribeiro assinala que o principal entrave continua sendo a falta de recursos, "o grande desafio que temos pela frente".

O pró-reitor ressalta, porém, que este desafio não é o único. Ele pretende continuar trabalhando na consolidação das áreas de Ciências Humanas e Exatas, que, na UNESP, são tradicionalmente menos desenvolvidas que as Biológicas. "A idéia é promover a nivelção pelo alto", diz. Otimista, Ribeiro acredita na expansão da área de pesquisa, sem que seja preciso abrir mão da

qualidade. Para que isso aconteça, entretanto, ele faz um apelo à comunidade acadêmico-científica: "Apresentem propostas bem fundamentadas, façam projetos. É preciso muita participação para que possamos continuar crescendo".

A capacitação docente, segundo o pró-reitor, tem potencial para evoluir muito mais. "Hoje, temos 50% de doutores, mas pretendemos elevar este número para 75%." Ele aponta como uma das falhas da área o ritmo lento na criação de novos programas de pós-graduação, mas aposta na superação do problema, através da melhoria de recursos humanos. "Trazer pesquisadores com larga experiência para a Universidade, por exemplo, é uma ótima alternativa."

Ribeiro se diz bastante estimulado com as perspectivas de trabalho junto aos novos quadros da Reitoria. "O reitor está buscando o trabalho em equipe, onde todos se sintam participando e as decisões sejam coletivas." Ele diz ainda que a equipe deve nortear sua ação de acordo com o plano de gestão apresentado durante a campanha eleitoral. "Afim, o plano foi elaborado e escolhido pela comunidade", justifica.

A História é o campo de especialização de José Ribeiro Júnior, 53 anos. Os primeiros estágios de sua carreira acadêmica foram percorridos na USP: lá, ele se formou bacharel e licenciado, em 1964, e depois mestre e doutor, respectivamente em 1969 e 1972. Já os passos seguintes aconteceram no antigo Instituto de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP de Assis, onde ele chegou a livre-docente (1980) e professor titular (1982). Ribeiro participou de órgãos como o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho de Administração e Desenvolvimento, além

de ter sido diretor da Faculdade de Ciências e Letras do câmpus de Assis, entre 1987 e 1991. Como docente de graduação, desde 1965 dá aulas de História do Brasil e, a partir de 1980, vem lecionando História em cursos de mestrado e doutorado. Já publicou os livros A Independência do Brasil, Problemas de acumulação capitalista em Portugal e Colonização e monopólio no nordeste brasileiro, além de ser autor do capítulo "O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas", na obra Brasil em Perspectiva, organizada por Carlos Guilherme Mota.

Caráter pedagógico, sempre

Cada curso da Universidade tem que tentar achar a sua linha mestra, a sua filosofia, o eixo em torno do qual todas as suas atividades vão girar". A frase é da professora Maria Aparecida Viggiani Bicudo, nova pró-reitora de Graduação, e revela a maneira pela qual ela pretende conduzir a sua área dentro da UNESP, responsável por 19 mil alunos, o maior segmento da Universidade. Segundo Maria Aparecida, um curso não é propriedade de um departamento, mas de vários departamentos especializados. "Os docentes que formam esta equipe têm que ter uma idéia muito clara de que tipo de formação pretendem dar a seus alunos. A partir disso, devemos pensar de modo profundo as nossas atuações", opina.

A pró-reitora diz que uma das suas principais preocupações está expressa no plano de gestão do reitor Arthur Roquete de Macedo, que ajudou a elaborar. "Tudo o que a Universidade faz deve ter caráter pedagógico", ressalta. "É importante não só fazer, mas fazer bem e ensinar a fazer, inclusive no que se refere à pesquisa." Ela acredita que a pesquisa em Educação, por

exemplo, não deve restringir-se à área de Pedagogia, mas ser preocupação constante de todos os que estão diretamente envolvidos no ensino. Maria Aparecida enfatiza que o ensino e a pesquisa precisam aproximar-se o máximo possível, e nunca opôr-se. "Essas atividades estão intimamente relacionadas", acredita. "O docente que tem preocupação com o conteúdo que veicula já está ligando o ensino à pesquisa."

A continuidade dos Núcleos de Ensino — que desenvolvem trabalhos em conjunto com a rede pública estadual e municipal, em várias cidades — é citada por ela como uma das prioridades. "Na medida em que estamos distribuídos pelo Estado, temos uma tendência natural de nos preocuparmos com o nível de ensino dos municípios onde atuamos", esclarece. "Os Núcleos de Ensino têm muito potencial para continuar se desenvolvendo." Neste sentido, ela chama também atenção para as licenciaturas, que tiveram um aumento significativo de procura no último vestibular. "A idéia é investir cada vez mais esforços na qualidade destes cursos", planeja.

A preocupação com as questões pedagógicas marcam a carreira de Maria Aparecida Viggiani Bicudo. Na pós-graduação, foi professora de disciplinas da área de Educação Matemática e, na graduação, deu aulas nos cursos de Pedagogia e Licenciatura em Física e Matemática. A maioria dos livros que publicou também aborda o universo do ensino, como Fundamentos Éticos da Educação, Educação Matemática e Estudos sobre Fenomenologia, Existencialismo e Educação. Maria se tornou bacharel e licenciada em Pedagogia em 1963, pela USP, onde, no ano seguinte, reali-

zou sua pós-graduação em Orientação Educacional. Doutorou-se em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, em 1973, chegou a livre-docente, em 1979, pelo então Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação da UNESP, câmpus de Araraquara, e finalmente a professora-titular em Filosofia da Educação, em 1987, pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas, de Rio Claro. No exterior, entre outras atividades, foi pesquisadora na Universidade da Califórnia (Berkeley) nos Estados Unidos, e professora visitante das universidades de Reading, Leeds e Birmingham, na Inglaterra.

Projeto prevê melhoria de ensino

A partir deste ano, os professores da rede estadual de 1º e 2º graus terão novamente a oportunidade de se reciclar através de cursos oferecidos pelos docentes das universidades públicas paulistas. No último dia 5 de fevereiro, no Palácio dos Bandeirantes, a UNESP, USP, Unicamp e Universidade Federal de São Carlos assinaram um convênio com a Secretaria da Educação do Estado com o objetivo básico de melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio de São Paulo.

“Através desse convênio, as universidades vão colaborar conosco na capacitação dos professores”, explicou o governador Luiz Antonio Fleury Filho, durante a solenidade. Carlos Vogt, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas falou, em nome dos três reitores, enfatizando a oportunidade de uma efetiva cooperação do 3º grau com o 1º e o 2º. “A universidade desempenhará um papel social, atuando fora de seus muros com o programa de aperfeiçoamento dos docentes do Estado.”

O projeto obedecerá a um esquema bem diferente do adotado nos tradicionais “cursos de 30 horas”, oferecidos durante dez anos ao magistério. “Esses cursos não tinham continuidade e não atingiam o objetivo de melhoria do ensino”, comentou a



O reitor da UNESP, Arthur Roquete de Macedo, assina convênio: melhoria de 1º e 2º graus

professora Maristela Bernardo, assessora da Pró-Reitoria de Graduação da UNESP.

A partir de agora, os cursos serão anuais, com carga horária de 180 horas, e terão nível de pós-graduação *lato sensu*. As aulas serão ministradas nos campi para permitir que os professores — cuja maioria é formada por faculdades particulares — tenham contato com as pesquisas, bibliotecas

e laboratórios universitários. Os campi de Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto e São Paulo já têm projetos aprovados pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) — órgão da Secretaria da Educação — e deverão receber em breve as primeiras turmas.

Unidades sugerem descentralização

Avaliação da Universidade centrada nos departamentos e unidades, unificação dos vestibulares da Unesp, USP e Unicamp, aprimoramento do Plano de Carreira e incentivo à aproximação da Unesp com as empresas e o setor produtivo. São essas algumas das sugestões feitas pelas unidades universitárias à comissão especial criada em 1991 pelo Conselho Universitário visando a reestruturação acadêmica e administrativa da UNESP. Com o término da análise dos documentos pela comissão, o C.O. definiu o mês de agosto como prazo para a resolução da questão.

O relatório final da comissão, entregue aos conselheiros do C.O., traz uma análise das propostas enviadas e resalta preocupações comuns, como a descentralização acadêmica, através de alterações das atribuições dos órgãos colegiados, e a racionalização administrativa, tornando a estrutura da Unesp mais enxuta. Com base nesse relatório, um novo grupo foi formado para dar encaminhamento às sugestões. A equipe terá que selecionar questões genéricas, que serão discutidas na próxima reunião do C.O., e encaminhar as mais complexas às respectivas assessorias. Além disso, estabelecerá um cronograma para discussão de problemas institucionais que digam respeito, por exemplo, ao estatuto e ao regimento geral. “Há questões que necessitam de reformulação estatutária, como a descentralização, por exemplo, e isso é o C.O. quem vai definir”, diz a professora Dinah Borges de Almeida, membro da comissão.

POSSES



Milton Michida

No último dia 26 de janeiro foram empossados, como diretor e vice-diretor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Araraquara, Francisco Miguel Belda Neto e Maria José Mendes Giannini. Belda, que ocupava a vice-diretoria, substituiu o professor Bruno Mancini.



Fotos José Cordeiro

O Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro tem nova diretoria. O até então vice-diretor Marcos Aurélio Farias de Oliveira ocupa agora a direção, antes exercida por Irineu Bicudo. E Maria Lúcia Lorenzetti Wodewotzki assume a vice-diretoria. As posses ocorreram no dia 1º de fevereiro.



No dia 1º de fevereiro, Ricardo Antônio de Arruda Veiga (*à esq.*) foi empossado diretor da Faculdade de Ciências Agrônomicas de Botucatu, tendo como vice José Armando Furlani Júnior. Eles substituem, respectivamente, Flávio Abranches e Chukichi Kurosawa.



Telmo Correia Arraes e Alda Junqueira Marin foram empossados, no dia 1º de fevereiro, como diretor e vice-diretora da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, cargos antes ocupados por José Enio Casalecchi e Sonia Veasey Rodrigues.



Luiz Antônio de Toledo (*à esq.*) e Edmundo José de Lucca são os novos diretor e vice-diretor do Instituto de Biociências de Botucatu. Toledo, antes vice-diretor, substituiu Cecílio Linder. A posse foi realizada no dia 8 de fevereiro.



Foram empossados, no dia 8 de fevereiro, Frederico Ozanam Papa (*à dir.*) e Carlos Antonio Conceição Domingues, respectivamente como diretor e vice-diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia de Botucatu. Os cargos eram ocupados, antes, por Márcio Kuchembuck e pelo próprio Papa.

PRÓ-REITORES

Quem substitui o reitor e o vice-reitor?

No último dia 28 de janeiro, atendendo a uma norma estatutária, o Conselho Universitário da UNESP determinou a ordem de sucessão dos pró-reitores nas substituições ao reitor e vice-reitor. Em seus eventuais impedimentos temporários, o reitor Arthur Roquete de Macedo e o vice-reitor Antonio Manoel dos Santos Silva serão substituídos pelo pró-reitor de Administração e Desenvolvimento, Márcio Rubens Graf Kuchembuck. Na ausência de Kuchembuck, responderá pela Reitoria o pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, professor Vagner José Oliva. O pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, José Ribeiro Júnior, será o terceiro substituto e, em último caso, assumirá as funções a pró-reitora de Graduação, Maria Aparecida Viggiani Bicudo.

SEMINÁRIO

Socialismo e liberalismo em debate

Analisar a crise do socialismo nas décadas de 80 e 90 e o papel do liberalismo é a principal proposta do Seminário Internacional Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas, que a Faculdade de Filosofia e Ciências do campus de Marília promove de 13 a 15 de abril. As mesas-redondas focalizarão temas como “Razão e História”, “Massas, Poder e Democracia” e “Modernidade”. Participarão pesquisadores nacionais e internacionais, como Elmar Altwater, da Universidade Livre de Berlim, Giacomo Marramao, da Universidade de Nápoles, e Ernest Mandel, da Universidade Livre de Bruxelas. Maiores informações pelo telefone (0144) 33-1844.

ALUNOS

DCE quer participação estudantil

As manifestações populares pelo impeachment, que acabaram por afastar Fernando Collor de Mello da presidência, trouxeram de volta às ruas estudantes animados e prontos para lutar contra a corrupção e a falta de ética na política. Com o mesmo entusiasmo mostrado, por exemplo, nos ferrelhantes anos 70, mas com uma visão mais crítica e voltada prioritariamente para o ensino, a nova diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UNESP inicia seu mandato de um ano apostando no aumento da participação estudantil.

O processo de eleição, direta, durou, da elaboração das chapas até a apuração dos votos, em 28 de novembro passado, quando as urnas de cada câmpus foram concentradas em Jaboticabal, aproximadamente um mês. A posse foi no dia seguinte, também em Jaboticabal, numa cerimônia muito simples. O maior trabalho da chapa vencedora, "Arrastão", foi, segundo Marcelo "Vagabundo" Monteiro, coordenador regional, separar os estudantes que realmente queriam trabalhar pelo movimento estudantil. "Nossa chapa é apartidária e vai trabalhar com e para os estudantes", ele esclarece.

Os membros do DCE sabem que têm muito trabalho pela frente. Claudia Febadoli, do 3º ano de Farmácia (Araraquara); Fábio Martins, do 4º ano de Direito (Franca); Marcelo Necho, do 5º ano de Engenharia Elétrica (Guaratinguetá); e Reginaldo "Rambô" Boni, do 6º ano de Medicina (Botucatu), são os coordenadores gerais. Junto de Alexandre "Benga" Zayat, do 4º ano de Biologia (Rio Preto); Marcelo Monteiro, do 2º ano de Agronomia (Jaboticabal); Vital Brasil, do 3º ano de Psicologia (Assis); Adelaide Pontes, do 3º ano de Educação Artística (São Paulo); e Marcos "Arroz" Menezes, do 2º ano de Geologia (Rio Claro), coordenadores regionais, acreditam que o primeiro passo é a conquista de um local maior onde possam se reunir e viabilizar o intercâmbio entre todos os câmpus. Além disso, já começam a discutir com a nova reitoria as 106 propostas aprovadas no VI Congres-



"Estragado" (primeiro à esq.) e o novo DCE: preocupação com os índices de evasão

so de Estudantes da UNESP, ocorrido entre 16 e 18 de outubro passado, em Guaratinguetá. Um dos principais itens da discussão, segundo os estudantes, é o da evasão de alunos que, mesmo aprovados no vestibular, acabam abandonando o curso no meio do ano por problemas sociais ou pessoais. "É preciso conhecer o perfil do aluno que está chegando para poder ajudá-lo de forma mais eficaz", comenta Vital Brasil.

DAS BIBLIOTECAS ÀS BOLSAS

Uma das propostas que promete polêmica refere-se ao real desempenho das atividades dos docentes em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP). Os estudantes pretendem solicitar uma lista com os nomes dos professores, os cargos ou funções que ocupam, salários e o regime de trabalho e agendar eventos para debater o assunto. Segundo eles, é importante mostrar que os alunos são maioria, têm direito a uma boa qualidade

de ensino e que sua opinião deve ser considerada.

Outras reivindicações vão desde a melhoria das bibliotecas e das bolsas do Programa de Auxílio ao Estudante até problemas de comunicação e cooperação entre cursos de áreas diferentes. O Diretório pretende, também, manter intercâmbio com outros DCEs. Quanto ao relacionamento com a União Nacional dos Estudantes (UNE), a questão considerada é "delicada". "Durante uma reunião em Brasília, já dissemos que a diretoria deles não era reconhecida pelo DCE da UNESP por ser muito político-partidária e pouco voltada para os reais interesses dos estudantes", explica Marcelo Necho. "Agora, eles querem conversar. Vamos ver se há algo de novo." Marcelo enfatiza, ainda, que os estudantes precisam ter consciência de que quanto maior for a sua participação, maior será a possibilidade de conseguirem novas vitórias. "Queremos que o DCE realmente represente os alunos."

Judith Meirelles

INAUGURAÇÕES

Bauru ganha três novos edifícios

Cumprindo os últimos compromissos de sua gestão como reitor da UNESP, o professor Paulo Milton Barbosa Landim esteve no câmpus de Bauru no dia 13 de janeiro para a inauguração dos prédios do Ambulatório Médico, do Departamento de Ensino de Engenharia Mecânica e do Colégio Técnico Industrial "Isaac Portal Roldan".

No ambulatório será prestado atendimento médico primário a toda a comunidade do câmpus, nas áreas de pediatria, ginecologia e clínica geral. Com 108 metros quadrados, o prédio conta com salas de enfermagem, consultas e vacinação, além de sanitários e uma copa.

O edifício do Departamento de Ensino de Engenharia Mecânica, com 550 metros quadrados, abriga 30 docentes e reúne 17 salas de estudo, salas para reuniões, um espaço para a instalação de microcomputadores, secretaria, almoxarifado, sanitários e copa. A construção dos prédios do Ambulatório Médico e do Departamento de Ensino de Engenharia Mecânica foi totalmente executada com utilização de mão-de-obra do próprio câmpus, o que, segundo o seu diretor de Serviços Auxiliares, engenheiro Antonio Zeca Filho, provocou uma redução de custos de 45% do valor do sistema construtivo convencional.

COLÉGIO TÉCNICO

Funcionando há 26 anos, o Colégio Técnico Industrial ganha, agora, prédio próprio. O novo edifício, construído nas dependências do câmpus, tem 1.667 metros quadrados, 12 salas de aula, seis laboratórios, sanitários e um anfiteatro com capacidade para 80 pessoas. O colégio mantém 600 alunos matriculados e oferece três cursos técnicos em nível de segundo grau: Eletrônica, Mecânica e Processamento de Dados.

Cleide Portes, de Bauru

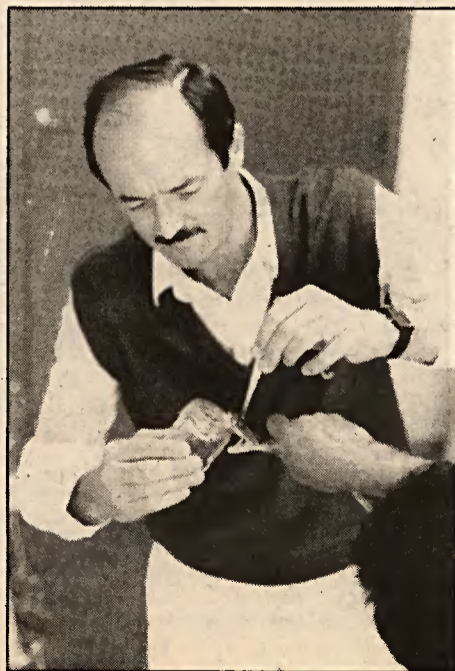
COMEMORAÇÃO

Engenharia festeja 25 anos de criação

Responsável pela formação de mais de quatro mil profissionais, a Faculdade de Engenharia do câmpus de Bauru comemorou, no último dia 5 de fevereiro, os 25 anos de sua criação.

Com uma história conturbada, que remonta ao início da década de 60, a FET, após uma série de manifestações de vários setores da comunidade, deu seus primeiros passos quando, em 1966, o então governador Laudo Natel criou uma comissão especial para estudar a implantação de uma escola superior na cidade. No ano seguinte, o Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento da Faculdade, que nasceu com a criação do curso de Engenharia Mecânica. Posteriormente, foram criados os de Engenharia Elétrica e Civil.

Estiveram presentes ao evento, além do diretor da FE, professor Nivaldo Bósio, o prefeito de Bauru, Antonio Tidei de Lima (ex-aluno da Faculdade), o vice-reitor da UNESP, professor Antonio Manoel dos Santos Silva, e o secretário da Habitação do Estado, Arnaldo Jardim.



Barravieira: cortes cirúrgicos colados

PESQUISA

Ponto sem nó

Feita a partir do veneno de cascavéis e jararacas, a cola de fibrina vem mostrando que poderá aposentar os incômodos e pouco estéticos pontos usados para fechar os cortes cirúrgicos. A novidade foi criada pelos pesquisadores do Centro de Estudos de Venenos e Animais Peçonhentos (Cevap), com sede em Botucatu, que tiveram sucesso na cicatrização de lesões em veias, artérias, nervos e pele. As experiências estão prestes a receber um novo estímulo, bastando para isso que o Conselho Universitário aprove uma proposta de convênio entre o Cevap e a Baumer, empresa do setor médico-hospitalar. O convênio prevê o desenvolvimento das aplicações da cola e sua posterior industrialização, com investimentos de aproximadamente US\$ 300 mil.

"O convênio será de vital importância para viabilizar nosso projeto", assegura Bene-

dito Barravieira, coordenador do Cevap. Barravieira relata que os trabalhos envolverão uma etapa de pesquisa experimental e outra, de investigação clínica, e deverão durar cerca de cinco anos. "A fase final se voltará para a transferência da tecnologia gerada para a Baumer, que comercializará o produto."

De acordo com Paulo Silveira Ivo, gerente da Divisão de Tecnologia da Baumer — que produz de equipamentos médico-hospitalares a peças para implantes ortopédicos —, sua empresa e a UNESP buscarão conjuntamente os recursos necessários junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado. Ele enfatiza a importância da colaboração entre indústria e universidade. "Através desse intercâmbio, empresas nacionais como a nossa podem obter tecnologia de ponta", destaca.



"Bicho" também é gente

Brincadeiras com calouros deixam a violência de lado e ganham caráter filantrópico

Para muitos alunos, a tensão e o nervosismo que costumam cercar a época dos vestibulares não terminam com a notícia de que, enfim, depois de tantos esforços, eles foram bem-sucedidos nos exames e ingressaram na universidade. Não. Para uma parcela significativa desses candidatos, soma-se uma outra preocupação, igualmente capaz de roubar-lhes o sono: o trote. E esse não é um temor infundado. Afinal, não são poucas as histórias que se conhece dando conta de trotes extremamente violentos, capazes de aniquilar o moral e, não raro, causar ferimentos graves nos calouros.

Para os candidatos a uma vaga em um dos 115 cursos oferecidos pela UNESP, pelo menos, as tensões típicas desse período podem restringir-se aos resultados das provas. Salvo raras exceções, o trote nas faculdades da UNESP tem assumido, nos últimos anos, um caráter mais cultural e filantrópico. O "batismo" do calouro, na grande maioria das unidades, tem se resumido a tarefas como o plantio de árvores e o recolhimento de mantimentos para creches e asilos — além, é claro, dos tradicionais "banhos" de ovos, pinturas no rosto e, no caso dos homens, cortes de cabelo no melhor estilo "caminho de rato". Esse comportamento menos agressivo em relação ao calouro representa, de certa forma, o coroamento dos esforços de grupos de alunos ligados aos departamentos acadêmicos (DAs), apoiados por professores e diretores preocupados com a violência que tem cercado esses encontros.

Diretório Central dos Estudantes (DCE), por exemplo, tem como principal diretriz, esse ano, informar o "bicho" sobre o funcionamento da Universidade. Para isso, os coordenadores gerais do DCE deverão percorrer, na primeira semana de março, todos os câmpus da UNESP para distribuir o *Manual do Calouro* — um guia com informações básicas dos órgãos administrativos da Universidade. "Queremos também incentivar eventos culturais para os calouros, como peças de teatro e shows", afirma Fábio Henrique Martins, um dos coordenadores do DCE.

Por uma questão estratégica, a maioria dos CAs e DAs montou, esse ano, uma comissão de recepção aos calouros, no qual a administração do câmpus participa com sugestões. Nesse sentido, foi elaborada uma programação intensa para a primeira semana de aulas, onde estão previstos entretenimentos culturais e esportivos, como gincanas, torneios e shows. "A idéia é preencher o tempo do 'bicho' e do veterano para evitar problemas do lado de fora da Universidade", explica o professor Nelson Gimenes Fernandes, diretor da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) de Jaboticabal.

CALOURO MARCADO

A semana de integração dos "bichos" segue basicamente o mesmo modelo em todas as unidades da UNESP. Os veteranos e os professores explicam aos novatos o funcionamento do câmpus, distribuem mapas com a localização das faculdades e uma relação de pensões e repúblicas. "Essa recepção é uma maneira de fiscalizar os veteranos e evitar os excessos", afirma Luiz Eduardo Carvalho de Andrade, aluno



"Banhos" de farinha e "caminho de rato" nos cabelos: as brincadeiras continuam, mas sem agressividade

do terceiro ano do curso de Ciências da Computação e presidente do CA do câmpus de Rio Claro. De acordo com ele, na sua unidade o trote é apenas cultural. "Não fazemos nada que o calouro não aprove", diz. É essa, aliás, a norma adotada por todos os CAs e DAs: não obrigar o "bicho" a fazer o que ele não queira. "Se, mesmo dentro de parâmetros aceitáveis, o calouro se rebelar, aí ele corre o risco de ficar marcado pelo grupo", admite.

Mas é praticamente impossível conter o ímpeto de alguns alunos mais exaltados. No curso de Agronomia do câmpus de Jaboticabal, por exemplo, já faz parte da tradição o banho num lago artificial onde se criam carpas. Para evitar constrangimentos, a diretoria decidiu esse ano esvaziar o lago. Histórias como essas se multiplicam em outros câmpus. Em Araraquara, por exemplo, para os novatos considerados mais rebeldes, os veteranos chegam ao extremo de aplicar o que chamam de "lavagem cerebral", que consiste em enfiar a cabeça do calouro dentro de um vaso sanitário. Para o professor Cristo Bladimiro Mélios, diretor do Instituto de Química (IQ), isso é inadmissível. "Só é válida a brincadeira que

não humilha nem machuca", adverte ele.

Os casos mais graves entre calouros e veteranos, entretanto, foram registrados no câmpus de Botucatu. Os alunos do curso de Medicina contam, por exemplo, que em 1988 um calouro desistiu da Faculdade devido às ameaças de morte que recebeu por não ter aceito um trote. No ano passado, através de uma decisão da Congregação, foi proibido o trote "ou qualquer outro tipo de violência envolvendo alunos da Faculdade de Medicina (FM)". "Vamos punir abusos dentro da Universidade e também nas repúblicas", garante a professora Dinah Borges de Almeida, diretora da FM. Dinah afirma, no entanto, que está ocorrendo uma mudança no comportamento dos alunos. "Eles estão se mobilizando para acabar com a violência no trote e substituí-lo por atividades interativas", explica.

PLANTIO DE ÁRVORES

Uma das provas dessa mudança é a programação do câmpus de Jaboticabal, que terá esse ano um trote filantrópico. Na primeira semana de aula, depois de os "bichos" receberem cada um o seu apelido, pelo qual fica-

rão conhecidos até o final do curso, vão para as ruas fazer o plantio de 500 mudas de jaboticabeiras, ipês e pitangas em bosques e praças da cidade e coleta de mantimentos nas casas, sob a fiscalização rigorosa dos veteranos. "Essa é uma forma de integrá-los à cidade e também à Universidade", diz a veterana Ruth Martins de Oliveira, aluna do segundo ano do curso de Zootecnia. Sua filha, Adriana Martins, de 17 anos, passou no vestibular e vai fazer o mesmo curso que a mãe. No dia da matrícula, não teve perdão: Ruth deu na filha um banho bem diferente daqueles que costumava dar na sua infância, ao qual não faltaram farinha e ovos. "Isso faz parte do ritual da universidade, e passar pelo trote significa ser aceita pelo grupo", observa resignada, Adriana.

Essa idéia é reforçada por psicólogos, historiadores e antropólogos, que acreditam ser o trote um ritual de passagem, em que o jovem deixa de ser aquilo que era e adquire uma nova personalidade. "O trote é uma maneira de marcar, em

público, o ingresso em uma outra fase da vida", diz a professora Claude Lepine, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) de Marília (veja quadro nessa página). O estudante Roberto Nunes, que cursa o terceiro ano de Educação Física da Faculdade de Ciências (FC) de Bauru, lembra com mágoa a falta de trote em sua turma, que comemorou a entrada na faculdade com apenas uma churrascada. "Até hoje não houve a integração com os veteranos", diz. Na sua opinião, os calouros já esperam as brincadeiras. "Se elas não acontecerem, fica o sentimento de frustração", admite. No caso da UNESP, o trote tem um significado especial, já que a maioria dos alunos tem que sair de casa para cursar uma de suas faculdades no interior. O relacionamento do "bicho" fica então restrito basicamente aos professores e veteranos. "A função do trote é promover a integração, e nesse aspecto ele é fundamental e não deve ser abolido", afirma a professora Sonia Wolf, do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) de Assis. "O que é inconcebível é a humilhação e a tortura."

Taniá Belickas

Ritual simboliza morte e renascimento

Parece haver um consenso entre antropólogos, psicólogos e historiadores de que o trote, assim como o casamento ou o batizado, nos quais uma pessoa encerra uma etapa de sua vida e renasce para outra, simboliza um rito de passagem. Para Claude Lepine, professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, esse rito, numa universidade, acontece em três etapas. A primeira seria quando o jovem entra na faculdade e sofre as humilhações do trote. Na sua opinião, isso representa uma morte simbólica, na qual o calouro tem sua personalidade anulada para ser novamente moldada em outro nível. "O aluno passa a ser uma fo-

lha em branco, que deverá ser preenchida no transcorrer do curso", compara. A segunda etapa ocorreria durante o curso, onde o aluno vai viver uma fase de transformação. É o que Lepine chama de "iniciação". "Finalmente, temos a formatura, na qual o jovem é recebido como membro da sociedade."

Na opinião da professora Elda Rizzo, antropóloga da Faculdade de Ciências e Letras do câmpus de Araraquara, o trote não deve ser abolido nas universidades. De acordo com ela, esse tipo de brincadeira é importante tanto para o veterano como para o calouro. "Ela tem uma função social de integração", considera. "Mas tudo deve ser feito dentro de limites razoáveis." A profes-

sora Sonia Wolf, psicóloga da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, concorda com Elda Rizzo: "As brincadeiras saudáveis do trote são fundamentais para comemorar esse ritual de passagem, mas é preciso conter os excessos, expressão de sentimentos sádicos mal resolvidos", alerta.

A vice-diretora da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, historiadora Teresa Malatian, pensa de maneira análoga. Ela vê no trote um comportamento semelhante ao observado em rituais indígenas e nas confrarias da Idade Média. "Nesses ritos, há sempre uma prova pela qual o iniciante deve passar", comenta. (T.B.)